



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO CONTEXTO RURAL BAIANO: Estudo de caso da comunidade de Morada Velha

Mario Bestetti, mariobestetti2012@gmail.com, UCSAL / IDSS
Laila Nazem Mourad, laila.mourad@pro.ucsal.br, UCSAL

Resumo

Cada vez mais projetos que visem ações em detrimento de problemáticas sociais têm buscado maneiras de mensurar seus impactos. Tal necessidade faz com que tal busca por indicadores permeiem áreas de pouco conforto para uma métrica cartesiana. Em projetos desenvolvimentistas, a tendência de se adotar indicadores socioeconômicos consolidados mostra-se por vezes ineficaz quando se busca um retrato do resultado de suas ações. Por vezes estes mostram um cenário onde em um aprofundamento percebe-se outra realidade. Ao passo que agentes institucionais e suas ações devam buscar ampliar seus conceitos de desenvolvimento para novos olhares, também devem buscar novas lupas de verificação de seus resultados. Este documento apresenta parte de um estudo de caso realizado no nordeste brasileiro com objetivo de entender o resultado das ações institucionais ocorridas entre os anos de 2000 a 2018 e sistematizá-los de forma a se analisar o impacto de tais ações. Cruzando indicadores socioeconômicos consolidados com insumos primários coletados *in loco*, pretende-se demonstrar certa instabilidade no retrato que ambos nos expõem. Reforçando ainda mais a necessidade de estarmos atentos a construção de parâmetros indicativos na análise dos resultados de projetos de desenvolvimento social e econômico.

Palavras-chave: desenvolvimento local, indicadores, desenvolvimento territorial, artesanato.

1. Introdução

Entramos aqui em um contexto regional onde a religiosidade predomina e se mostra presente através dos diversos elementos existentes no cotidiano das pessoas, como as vestimentas e os objetos utilitários. A esta característica a qual o historiador Nilton Freixinho (2003) descreve fazer parte de um *sertão arcaico*, onde sua população ainda mantém modos de pensar e agir não muito distante da época dos colonizadores, e onde a necessidade por soluções aos problemas naturais faz com que se busquem respostas na religiosidade (e em seus agentes) e no misticismo religioso, soma-se o fato de estarmos à margem do Raso da Catarina, sertão baiano, região marcada pela adversidade climática da seca e, sobretudo, pela pobreza de suas populações com conseqüente pressão sobre a natureza.

Não obstante haver a presença de um grande manancial de água oferecido pelo Rio São Francisco, este é destinado principalmente para geração de energia hidroeétrica através das usinas situadas na região de Paulo Afonso, abastecendo outras regiões, enquanto no seu entorno podemos encontrar uma geografia que apresenta deficiência hídrica, taxa de insolação e temperaturas bastante elevadas, sendo um clima considerado entre o semiárido e o desértico.

Tal contexto nos apresenta uma diversidade de elementos que, soltos já nos mostra a riqueza identitária das manifestações populares brasileiras, pois ali temos representações de matrizes sertanejas tradicionais, como a religiosidade, através das suas romarias e dos seus



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

“clérigos-místicos” (FREIXINHO, 2003, p.65), como também a produção artesanal tradicional, com o entalhe da madeira (produtor de itens como os ex-votos) e o trançado da palha, base para a produção de itens de uso cotidiano como as vassouras e o característico chapéu de palha.

Como já dito, estamos no semiárido nordestino onde, conforme Josué de Castro (1984, p.50), “*nossa estrutura econômico-social tem agido sempre num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas*”, bem como deficitária de quase todas as necessidades estruturais de vivência, das mais básicas, como água e saneamento, às mais contemporâneas, como comunicação e lazer.

Acreditamos que se faz necessário o fortalecimento de uma nova agenda de desenvolvimento que possa ser adequada à realidade brasileira e, em especial, à realidade de cada região, diversa em vários sentidos.

Para isso, apresentamos aqui a dificuldade em refletir através de indicadores a problemática encontrada em um contexto territorial específico, com o resultado do confronto entre os conceitos de desenvolvimento aplicados pelas instituições que lá atuam, fortalecendo assim uma discussão sobre a possibilidade de um processo de desenvolvimento que combata a desigualdade social e fortaleça a autonomia individual.

Buscamos então identificar indicadores que pudessem melhor retratar tal contexto, considerando não só a sua diversidade, como também as diversas qualidades de impacto ocorridas. Para tornar palpável tal discussão, buscamos observar na análise das ações institucionais realizadas na região pesquisada, para fortalecimento da produção do artesanato tradicional do trançado da palha, como (e se) ela tem contribuído com o desenvolvimento socioeconômico daquela comunidade.

2. Fundamentação teórica

Partimos do conceito de desenvolvimento como expansão das liberdades pessoais, de Amartya Sen (2010), expansão esta que contrasta com as visões “*restritas*” como as que o identificam com crescimento econômico. Esta discussão sobre autonomia dos sujeitos sociais presentes nos projetos desenvolvimentistas perpassa uma revisão sobre com quais modelos e conceitos de desenvolvimento estes são envolvidos.

Trazemos também para discussão a análise de indicadores de novas soluções que possam combater o problema da desigualdade e da pobreza, em especial junto a “*nação semi-árida*”, como descreve Xico Sá no livro *Nova Geografia da Fome* (2003), composta pelos cerca de vinte milhões de brasileiros que vivem em uma região (que abrange além dos nove estados nordestinos, o norte de Minas Gerais) marcada pelo bioma da caatinga e por imensas áreas de características desérticas.

Simon Schwartzman indica em seu livro *Pobreza, exclusão social e modernidade* analisa, sob a leitura de Karl Polanyi, que na sociedade capitalista, pobreza e miséria são causadas pela “*destruição da velha ordem social trazida pela introdução sem controle de uma nova economia de mercado*” (SCHWARTZMAN, 2004, p.48), e que para funcionar necessitaria da



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

integração dos mercados de bens, trabalho, terra e capital, integração esta complexa e realizada pelos governos e lideranças políticas e empresariais.

De outra forma, segundo o autor, apresenta-se uma necessidade da presença institucional como instrumento para redução da desigualdade social. Uma das abordagens utilizadas pelas instituições é a de transformação de cada pessoa em um microempresário, através da oferta de recursos e capital, e que tem sido apresentada como proposta revolucionária para tratar da pobreza, embora Anete Ivo levante a problematização de uma “*perspectiva liberal de autonomia do sujeito ‘empoderado’ - o pobre*” e a possível tradução de pobreza em uma “*virtude emancipatória*”, condenando a estes próprios o papel mais ativo “*no enfrentamento da sua própria condição de pobreza*”. (IVO, 2012)

Para Marcelo Lopes de Souza (1996) a autonomia surge como um princípio fundamental sobre o qual se assenta o processo de desenvolvimento, propiciando ao indivíduo (e a sua coletividade) o direito de estabelecer o conteúdo de tal modelo de desenvolvimento. A esta autonomia sobre a gestão do seu espaço/território, o autor denomina ‘*territorialidade autônoma*’.

Uma busca de alternativas que possibilitem a autonomia de comunidades, em especial as que estão em áreas com poucas alternativas econômicas, seja através de trabalhos formais ou através da geração de renda utilizando o que lhes oferece a vida naquele momento, é algo que se tem visto nas diversas ações realizadas em prol de um desenvolvimento local como também em estudos sobre o tema.

Sendo tais alternativas feitas de forma consorciada, agregando-se forças, somando-se visões, construindo parcerias, ganhará mais possibilidades de sucesso. E mais, se ela for construída em um modelo *bottom-up*, onde as soluções surjam através da própria necessidade e dos próprios necessitados, “*conscientes dos efeitos devastadores da introdução de valores e comportamentos exógenos nas sociedades tradicionais*” (SWCHARTZMAN, 2004, p.165), e utilizando como insumos os ativos locais, sejam estes materiais ou imateriais, acredita-se que o resultado destas seja mais efetivo.

Através de uma revisão bibliográfica sobre a temática podemos observar a diversidade conceitual e de abordagens sobre o tema, a despeito da definição mais usualmente utilizada de redução de desemprego, da pobreza e da desigualdade, estabelecida por Dudley Seers (BOISIER, 1999, p.42). Esta diversidade indica a não existência de um conceito puro e estático de desenvolvimento (SILVA, 2016; GRUNEWALD, 2003; SOUZA, 1996; LIMONAD, 2013; IVO, 2012), permeando abordagens como o conceito estruturalista dos cepalinos às abordagens contemporâneas de neodesenvolvimentalismo e desenvolvimento alternativo, ou mesmo abdicando de definições fechadas do seu conteúdo, como diz Marcelo Lopes de Souza (1996).

Outrossim, trazer o olhar do sujeito para um patamar de participação mais ativa é descrito por diversas modelagens de desenvolvimento (sustentável, local, local endógeno, regional sustentável e etnodesenvolvimento, por exemplo) como essencial. Neste sentido poderíamos entender, na visão de Marcelo Lopes de Souza, que o processo de desenvolvimento é “[...] *um processo de aprimoramento (gradativo ou, também, através de bruscas rupturas)*



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

das condições gerais do viver em sociedade, em nome de uma maior felicidade individual e coletiva [...]". (SOUZA, 1996, p.9-10)

Para Ester Limonad (2013a) a concepção de desenvolvimento deve ir além da melhoria das condições de vida da população, implicando na formação de cidadãos. E para tanto deve-se não só simplesmente melhorar as condições de vida e da reprodução social, mas também reconhecer e respeitar a diversidade social, o direito a diferença, e juntamente com isso investir em educação, em saúde, em gerar empregos, em infraestruturas de abastecimento, comunicação e transportes. Para ela este novo-desenvolvimento defende a adoção de uma estratégia de "*transformação produtiva com equidade social*" que permita compatibilizar um crescimento econômico sustentável com uma melhor distribuição de renda.

A sustentabilidade do desenvolvimento, para alguns autores (SACHS, 2002, 2004), combinada ao paradigma da igualdade e da proteção social, anuncia uma nova utopia da sustentabilidade, capaz de agregar projetos coletivos. Assim, a noção de "*desenvolvimento sustentável*", desde fins do século XX, vem se constituindo num paradigma aglutinador de projetos críticos ao modelo de crescimento econômico, associando a ele a defesa do meio-ambiente e o princípio da equidade social, e recolocando o tema da integração social pela via da luta contra a pobreza como condição fundamental do novo desenvolvimento sustentado. (Ibid., p.200)

Embora tal noção de um desenvolvimento mais sustentável tenha surgido da necessidade de rediscussão de uma noção de desenvolvimento vigente, e invadido "*de forma avassaladora o cotidiano e a reprodução das diferentes esferas sociais*", o conceito ainda não possui um significado definido, sendo percebido de forma "*diferente para diferentes pessoas*" (LIMONAD, 2013b).

O desenvolvimento sustentável, discutido por autores como Dennison Nash, Silvio Lima Figueiredo e Jeffrey Sachs, Thomas Davis, e Rodolfo Stavenhagem, propõe uma quebra de paradigmas frente aos modelos tradicionais de desenvolvimento social e econômico, e que poderia surgir através do crescimento da inovação em convergência com a inclusão social e a proteção do meio ambiente. Em tal proposta poderíamos entender que o caminho seria através de um modelo de desenvolvimento com uma melhor interação do homem e do seu meio, ou o que nas últimas décadas, segundo Ester Limonad, "*passou a integrar e converteu-se em um fator emblemático de legitimação dos discursos e práticas do planejamento urbano e regional*" (LIMONAD, 2013a, p.123).

Entre esta profusão conceitual, procuramos delimitar uma abordagem de desenvolvimento mais próxima ao seu sujeito e menos ao seu objeto, de forma a buscar um modelo que possibilite uma maior autonomia destes, ou que, no mínimo, os coloque em um patamar mais ativo no processo.

Um desenvolvimento mais humanizado e onde a qualidade de vida seja representada não apenas pela renda ou recursos que se dispõe, mas também em como as pessoas vivem, denotaria entender que o mero crescimento econômico não seja capaz de descrever o processo de desenvolvimento, em uma visão contrária às teorias desenvolvimentistas que pregam que tal processo pode ser representado na ênfase estruturalista e econômica.



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

Uma discussão sobre desenvolvimento e o território onde está inserido este processo deve estar vinculada à análise das demandas socioeconômicas dos sujeitos envolvidos, individualizando-se de certa forma a leitura, e possibilitando o fortalecimento da sua autonomização com consequente potencialização dos seus territórios, combatendo os efeitos negativos da globalização da mesma forma que atraindo seus efeitos positivos.

Tal modelo tem sido denominado de desenvolvimento local, e que, segundo Emilio Poletto, pode ser encontrado em “*iniciativas pontuais (e mesmo setoriais) que contêm ingredientes de desenvolvimento (isto é, lidam com geração de trabalho e renda, ou com substâncias clássicas de desenvolvimento urbano e desenvolvimento rural)*” (POLETTI, 2009, p.4). Para o autor novas abordagens de desenvolvimento têm sido formuladas e experimentadas, com o diferencial de serem intervenções territorializadas e não isoladas, gerando matrizes de projetos e ações contínuas, a partir da mobilização dos diferentes atores presentes nos territórios.

O território, tecido relacional espacializado segundo Rogério Haesbaert (2007), assume papel relevante em tal processo de desenvolvimento. Nesse sentido, é no plano local que teríamos uma margem de manobra frente às estratégias guiadas pelas lógicas pró e contra mercado, tendo a dinâmica institucional local papel significativo na geração de novas soluções para os problemas que ali se apresenta, e, através da articulação das diversas formas de capital encontradas em um território, possibilitar um processo de desenvolvimento territorial, na linha proposta por Sérgio Boisier (1999).

Em um processo de integração entre cidadão e instituições na busca por inovação técnica, desenvolvimento econômico e melhoria social, guiado por ações de caráter econômico tanto quanto de benefício socioambiental, tem-se na formação dos projetos territoriais e de sistemas de inovação territorial (inclusivo e participativo) uma possibilidade de resposta às necessidades sociais locais não satisfeitas.

3. Metodologia

Este documento baseia-se assim na experiência deste autor junto à comunidade de Morada Velha, em Santa Brígida (BA), a partir do ano de 2004, que tem sido parte integrante de um projeto de desenvolvimento territorial denominado Pólo da Palha do Licuri, projeto este formado por outras comunidades produtivas, como o povoado de Araújo, também em Santa Brígida, o Assentamento Chuquê, no município de Jeremoabo, e do Assentamento Serra da Chapada, no município de Euclides da Cunha. Tais grupos tem na produção artesanal do trançado da palha sua principal fonte de renda, e na fibra da palmeira do licuri sua matéria primária.

No contexto territorial bem característico e peculiar daquela região, observou-se, através de uma abordagem metodologia diacrônica (passado) e sincrônica (presente), o que ocorreu no período de 2000 a 2018, após sucessivas ações institucionais, que pudesse nos apresentar indicadores dos resultados das ações de desenvolvimento local ali executadas.

Através de um estudo de caso analisou-se as ações realizadas através das soluções de desenvolvimento econômico e produtivo adotadas, e que tem como base suas matrizes culturais e ambientais utilizadas como meio para orientar a produção artesanal do trançado do licuri e



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

do entalhe em madeira, visando incremento de renda como também a ampliação da interlocução destes com instituições públicas, do terceiro setor e de agentes de mercado.

Buscou-se também informações que subsidiasse a análise de evolução socioeconômica, como dados de trabalho e renda, patrimônio atual e infraestrutura básica, e informações sobre sua atividade laboral, conhecimento adquirido e relações construídas, e, após consolidadas, confrontadas com dados socioeconômicos oficiais.

Assim, foram levantadas em campo informações junto aos integrantes daquela comunidade, através da análise dos documentos existentes no acervo da sede da associação local, além de entrevistas espontâneas e observação participativa. Para tais escutas foi elaborado e aplicado um questionário próprio, onde os integrantes dos grupos pesquisados foram questionados sobre a sua situação econômica e sobre a infraestrutura existente no local. Este instrumento foi aplicado em integrantes da comunidade que trabalham com a atividade produtiva e que houvesse representantes das diversas gerações existentes no local.

Como sujeitos desta amostragem propositiva, foi selecionado entre os núcleos familiares encontrados na região, o núcleo mais ativo em termos da produção artesanal, e composto de 20 grupos familiares. A participação nas entrevistas foi voluntária, e levou em consideração questões de disponibilidade de tempo e local considerados adequados aos entrevistados, bem como sem especificar detalhes pessoais que pudessem expor características econômicas de suas realidades.

As informações colhidas na etapa de levantamento de campo foram sistematizadas e analisadas, podendo assim avaliar o processo de transformação que ocorre em um território, como o apresentado, onde são percebidos diferentes sujeitos como também relações sociais e institucionais.

4. Resultados

Ao chegar à região, por volta de 2004, encontrava-se ali um povoado como tantos outros, moradores de casas com paredes de adobe, sem acesso a infraestrutura básica de cidadania, como energia e água encanada, e onde se percebida certa subserviência ao de fora, demonstrando uma privação das liberdades substantivas requerida para o desenvolvimento, segundo Amartya Sen (2010). Hoje percebem-se mudanças.

Um olhar mais apurado possibilitará um entendimento desta real evolução, bem como da possibilidade de que nível de desenvolvimento ali pode-se encontrar frente a tantos anos de interação com agentes externos, tanto no âmbito físico (com as melhorias nas moradias, na construção de um espaço de trabalho e nas aquisições de bens), como no âmbito pessoal (com a formação de lideranças, o empoderamento através do conhecimento, e os reconhecimentos adquiridos). Para entendermos melhor o que ocorreu no decorrer do período pesquisado, precisamos inicialmente observar o contexto socioeconômico no qual está inserido, através de indicadores já consolidados.

Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), no cenário nacional, a Bahia é o estado que obteve os melhores índices do país na redução da pobreza entre 2007 e 2013, com mais de dois milhões de pessoas deixando de fazer parte do grupo de



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

pobres e extremamente pobres. A taxa de extrema pobreza da população baiana caiu de 10% para 6,5% no período e a taxa de pobreza passou de 21,7% para 10,4%. Segundo a pesquisa, houve um crescimento real de 33,9% na renda média da população baiana, passando de R\$ 837 para R\$ 1.121, no período. E o rendimento médio real mensal de todos os trabalhos, segundo nível geográfico, sexo e situação censitária teve um salto, para homens, de R\$1.071,60 (2006) para R\$1.334,80 (2015) e para mulheres, de R\$870,70 (2006) para R\$1.080,60 (2015).¹

De forma a termos uma base de referência, tomaremos aqui tais índices municipais comparando-os com os nacionais (Brasil), com o estadual (Bahia) e com a capital baiana, Salvador. Por se tratar de um povoado municipal, a comunidade de Morada Velha não é identificada individualmente nos índices socioeconômicos tradicionais, não havendo assim como fazer uma comparação deste com os demais.

Com uma população hoje estimada em cerca de 15 mil habitantes², Santa Brígida está em 256º lugar em tamanho de população no estado da Bahia. A maior parte desta população encontra-se na zona rural, distribuída em povoados e fazendas. Em termos de percentual populacional de pobreza, o município de Santa Brígida possui um pouco mais da metade de sua população em estado de pobreza (51,8%) e extrema pobreza (30,3%)³.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil⁴, Santa Brígida está entre os cinquenta menores IDHM do estado, com índice de 0,546, o que já nos mostra fazer parte da sofrida vida sertaneja, ocupando a 5253ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros, e 375º lugar na Bahia entre os 417 municípios do estado.

Já o outro índice utilizado para mensurar a qualidade do desenvolvimento da população, o Índice Gini, foi encontrado dados apenas dos anos 2000 e 2010, e da mesma forma, não foi encontrado dados relativos ao povoado. Na comparação feita com os dados existentes, encontramos uma variação negativa deste índice no âmbito nacional e estadual, Brasil com queda de 5,88% e Bahia com queda de 5,59%, já no âmbito municipal, Salvador também apresenta uma pequena queda (1,83%), ao contrário de Santa Brígida que apresenta uma queda maior que os demais (11,9%).

Com uma renda per capita de quase um quarto da mesma renda nacional, e quase um quinto da soteropolitana, a média do cidadão santabrigidense ‘sobrevive’ com cerca de R\$220,00 mensais, sendo que a população pobre e extremamente pobre sobrevive com uma média aproximada de um décimo e um quarto deste valor. Esta mesma diferença se apresenta com relação ao grau de formalização dos maiores de 18 anos, com o baixo índice de opções

1 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2013). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40 / Resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2015). Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2231&Itemid=418

2 Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/santa-brigida_ba>. Acessado em 10/6/2018.

3 Fonte: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>. Acessado em 16/7/2018.

4 Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/santa-brigida_ba>. Acessado em 10/6/2018.



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

de empregos formais na região e cujos rendimentos médios são bem abaixo da média estadual e nacional, chegando a ser um quinto do maior valor.

Com uma realidade predominantemente rural e pobre, podemos perceber assim que se trata de um contexto municipal com bastantes carências sociais e econômicas, e que afloram ainda mais quando o comparamos com outros contextos, em especial o estadual. Cabe lembrar que estamos na região semiárida brasileira, e como tal, com peculiaridades naturais que tendem a potencializar os problemas sociais ali encontrados.

A despeito de existir na região nichos ecológicos que se mantêm conservados, propiciando a sobrevivência de muitas espécies vegetais e animais, algumas das quais endêmicas, que encontraram refúgio nesse território de área em bom estado de conservação (diferentemente de outros ambientes de caatinga), esta região vem sendo bastante pressionada devido à baixa economia regional e à inexistência de fiscalização efetiva, com seus recursos naturais explorados de forma recorrente, sobretudo no seu entorno.

A cobertura vegetal da região é de predominância da Caatinga, vegetação típica do semiárido, já muito descrita na literatura como sendo pobre e de pouca importância biológica embora possua um considerado número de espécies endêmicas devendo ser consideradas como um patrimônio biológico de valor incalculável. Sendo o único bioma exclusivamente brasileiro, a vegetação da caatinga apresenta um potencial econômico ainda pouco valorizado, e uma das representações desta vegetação com forte potencial econômico é a palmeira do Licuri (*Syagrus coronata*).

Neste quesito a importância do licuri merece um capítulo à parte. O fruto da palmeira é recurso indispensável para a sobrevivência da Arara-azul-de-lear, espécie endêmica no semiárido baiano, considerada criticamente ameaçada até 2007, passando para o status de “*vulnerável*” (VU) na avaliação do estado de conservação das Aves da Caatinga após a verificação de que sua população havia alcançado o número de 960 indivíduos. (AMARAL e outros, 2012, p.7)

Os coquinhos de licuri são seu principal alimento e a baixa disponibilidade do fruto pode ser fator limitante para o desejado aumento populacional dessas aves. Uma arara chega a comer 350 coquinhos por dia, daí a preocupação com a proteção dos sítios de alimentação (Ibid, p.29).

No contexto pesquisado há evidências da ocorrência de múltiplas fontes de renda, caracterizados de plurirendimentos, oriundas da atividade produtiva, seja agrícola ou não agrícola, como também de recebimentos líquidos de receitas não produtivas. Esta característica de diversificação de portfólio dos meios de vida é uma estratégia de melhoramento e estabilização de sua condição de vida. (ESCHER e outros, 2014)

Podemos notar também a forte presença (37%) de rendas oriundas de programas de transferência governamental (Bolsa Família e Aposentadoria Rural)⁵, que são importantes no incremento da renda familiar local já que é uma fonte de renda fixa e mensal, garantindo segurança financeira independente do período. Já a principal fonte de renda, em termos finan-

⁵ Levantamento feito em campo pelo autor.



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

ceiros, a produção artesanal, no gráfico enquadrado como Receitas de Atividades Não Agropecuária⁶, tem a característica de ser variável e dependente, seja da natureza ou do mercado. Morada Velha não difere do Nordeste enquanto local de múltiplas atividades produtivas e de geração de renda, mas difere-se quando analisamos o peso de cada uma destas.

Das atividades econômicas encontradas no povoado a mais evidente é a atividade artesanal (41%), conforme podemos observar nas visitas realizadas no local bem como na coleta de dados sobre as receitas familiares⁷. Não há a presença de atividades de emprego formal, e alguns poucos executam atividades profissionais de maneira informal ou inconstante, como serviços de pedreiro ou professor. Poucos produzem alguma cultura agrícola ou de criação de animais para subsistência cujo excedente é por vezes comercializado, embora não haja uma produção agrícola ou pecuária formalizada, dada as dificuldades de manejo da terra e de água para irrigação.

E nesta existência de pluri rendimentos, podemos perceber a importância que cada um destes representa para o cotidiano das famílias ali localizadas, como também a estratégia adotada por elas na busca de resolver o problema da sazonalidade de cada tipo de produção, e consequentemente receitas oriundas destas. Da mesma forma observamos a importância que a produção artesanal representa para geração de renda.

Por não haver um entendimento mais amplo sobre o tema por parte dos integrantes do núcleo familiar pesquisado, buscamos trazer através dos levantamentos quantitativos indícios que pudessem sinalizar um processo de desenvolvimento mais humanizado, ou se houve apenas uma ampliação de sua capacidade, mas não de sua liberdade.

Recorreu-se assim a dados sobre a qualidade de vida dos integrantes da comunidade, tanto em termos de infraestrutura como em acesso aos bens de consumo, acompanhando a perspectiva do autor que considera um desenvolvimento humano também a acessos aos recursos necessários para um padrão de vida adequado (IVO, 2012).

Contextualizando a região inicialmente, em termos de infraestrutura, no Estado da Bahia, Santa Brígida está em 389º lugar entre os municípios com água encanada e banheiro com água encanada, 385º com domicílios com energia elétrica e 90º lugar em coleta de lixo. O Povoado de Morada Velha se apresenta frente aos dados regionais e nacionais, e com exceção da coleta de lixo, inexistente na zona rural do município, o percentual de ocorrência de água encanada (para consumo e banheiro) e de energia elétrica é superior a média regional e nacional⁸.

Com relação aos bens de consumo existentes nas moradias, fortemente citado como resultado fruto das ações institucionais na localidade foram encontrados apenas dados no âmbi-

⁶ A atividade artesanal está enquadrada na categoria Receitas de Atividades Não Agropecuárias, segundo o Censo Agropecuário.

⁷ Levantamento feito em campo pelo autor.

⁸ Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br>



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

to estadual, e mesmo estes mostram que, fora os bens relacionados à comunicação (internet, celular e telefone fixo), os demais tem ocorrência maior que o índice estadual⁹.

Notamos nos números acima apresentados que a realidade no Povoado de Morada Velha diferencia-se frente aos mesmos nas escalas espaciais maiores. Em termos de acesso aos serviços públicos básicos há uma mostra de que na maioria deles a localidade apresenta bons índices. Da mesma forma o acesso aos bens de consumo se apresenta também com bons índices além de terem sido salientados pelas falas dos integrantes da comunidade como algo que concretiza a melhoria da qualidade de vida no local.

Entendendo-se qualidade de vida no “*modo de vida como as pessoas vivem (talvez até mesmo nas escolhas que tem), e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem*” (SEN, 2010, p.40), pôde-se perceber que a inserção da atividade produtiva e da consequente ampliação da capacidade individual, a despeito do resultado deste processo ser mais voltado para o consumo interno, trouxe aos integrantes do Povoado de Morada Velha melhores condições das encontradas quando da chegada dos primeiros moradores.

Temos assim um cenário onde a renda média da localidade (auferida no levantamento de campo) é de 84% da renda média do Brasil e 302% maior que a renda média municipal¹⁰, 55% dos integrantes da comunidade tem como sua principal fonte de renda alguma atividade produtiva, frente a 45% que tem nos programa de transferência de renda.

Acrescido a estes números que demonstram uma ampliação dos recursos existentes, auferidos no decorrer do período estudado e oriundos também da atividade produtiva ali fortalecida, temos nas falas auscultadas uma percepção de que a atividade, ali adotada como sua principal matriz econômica, independente da carência de outras oportunidades e das dificuldades sazonais, tem gerado impacto positivo na melhoria da qualidade de vida da população local¹¹.

A despeito das melhorias de infraestrutura e de outros componentes da qualidade de vida terem demonstrado bons índices, fruto na sua maioria de externalidades não diretamente vinculadas com a produção artesanal, mas sim às novas políticas públicas de desenvolvimento de áreas desfavorecidas, como programas de energia, água e educação para os moradores de áreas rurais, percebe-se que entre as atividades econômicas encontradas em Morada Velha, a produção artesanal apresenta-se como uma atividade cujo retorno econômico se comprova como real e com possibilidade de crescimento, tanto em números relativos como em escalabilidade. É também visível que, no histórico desta evolução econômica, há uma tendência de crescimento no decorrer dos anos pesquisados, como poderemos observar nos dados apresentados mais a frente.

9 Fonte: Boletim PNAD / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1809&Itemid=284 (acessado em: 14/3/2017).

10 Cálculos feitos em cima dos dados coletados em campo e cruzados com os do IBGE (Fonte: <http://atlasbrasil.org.br>)

11 “ Bem, a gente já conseguiu alguns benefícios, né, [...]” (C1, 22/7/2015)



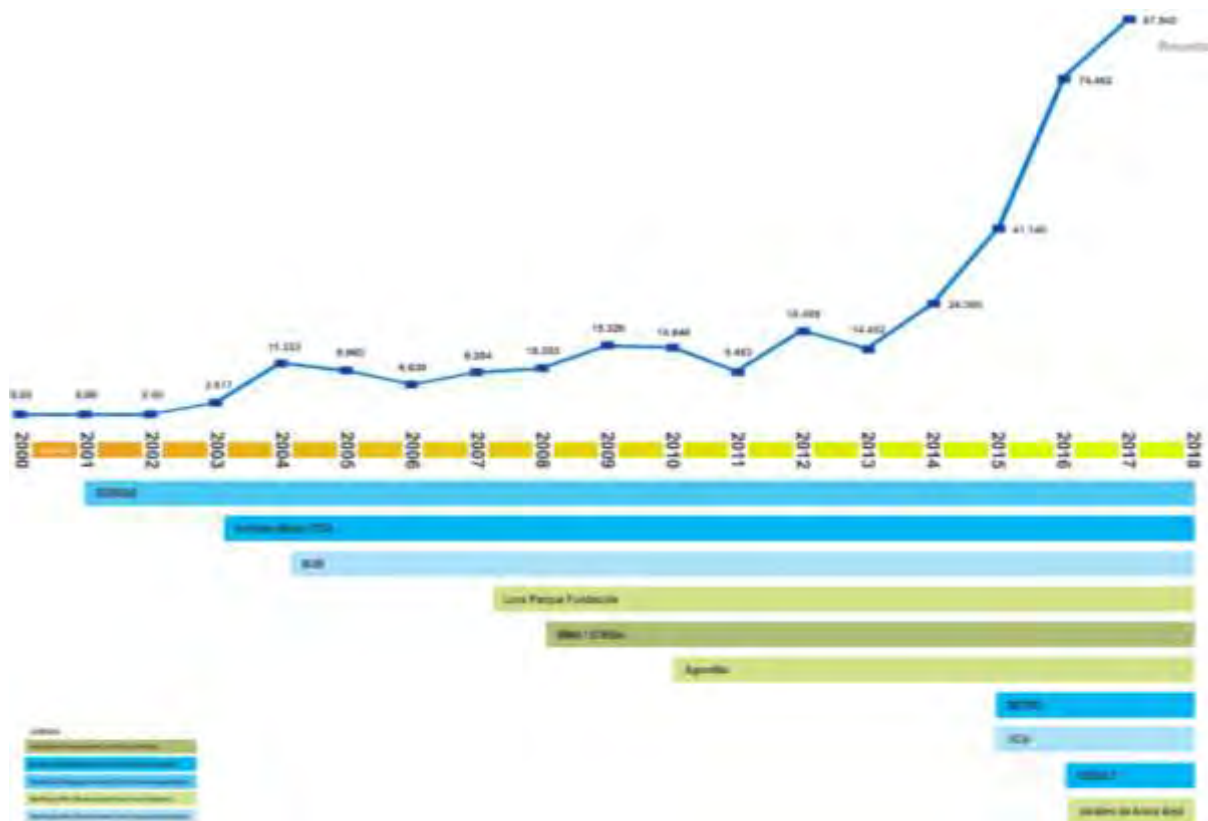
II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 17 a 19 de novembro de 2020

Através do histórico dos rendimentos oriundos desta atividade, pudemos entender que existe um processo de fortalecimento e de alteração na composição daquela diversidade de rendimentos, e que chegou à este nível de representatividade.

No levantamento de informações realizado observamos a evolução da receita relativa à produção artesanal, ou seja, quais as entradas financeiras que ocorreram fruto da venda dos produtos artesanais em nome da Associação dos Artesãos de Santa Brígida, a partir do ano da sua formalização, e posteriormente organizados e sistematizados de forma a se ter uma melhor visualização da linha histórica. (GRÁFICO 1)

Entendemos serem duas fases de evolução. A primeira, entre o período de 2002 e 2013 (considerando que entre 2000 e 2001 não haviam ações sendo realizadas junto ao grupo produtivo) quando as instituições começam a realizar ações de capacitações técnicas com vistas ao fortalecimento de uma fonte de geração de renda e acesso ao mercado, e onde temos uma pequena evolução representada pelos resultados econômicos auferidos com aquela atividade. E a segunda, a partir de 2013, quando os resultados econômicos ganham uma forte curva de ascensão, com uma curva de crescimento das receitas oriundas da atividade artesanal que sai da faixa dos R\$15mil/ano para a faixa dos R\$90 mil/ano em 4 anos, ou seja, um crescimento de aproximadamente 500%.

Gráfico 1: Relação entre evolução de receitas e presença institucional.



Fonte: Elaborado pelo autor



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

Tal incremento ocorre sem que houvesse a inserção de novos moradores ou formação de núcleos produtivos integrados, mas sim com a capacitação através da multiplicação do conhecimento técnico internamente, ou seja, com a integração na atividade artesanal dos jovens que ao atingir idade produtiva buscam ali sua sustentação econômica.

Alem disso, há também o fator relativo à organização produtiva, quando os artesões inserem no seu processo produtivo as orientações sobre otimização e gestão de processo, como escalabilidade, padronização, organização e ampliação de tempo de produção, controles administrativos e financeiros, entre outros conhecimentos que apoiam a melhoria de sua produção e fruto das capacitações técnicas provenientes das ações institucionais.

A participação do grupo neste mercado institucional, em especial nos eventos de integração entre produtores e representantes de lojas e agentes comerciais, fez com que se abrisse uma ponte de comunicação direta entre as duas pontas. Desta forma, o grupo começou a ter contato com os compradores, diminuindo (mas não excluindo) a participação dos agentes institucionais na intermediação comercial, e abrindo um canal de comunicação direta através desta rede e dos novos canais de promoção implantados (site, material gráfico e redes sociais).

O grupo produtivo vai ganhando assim autonomia no seu processo produtivo, desenvolvendo novos produtos através tanto da sua evolução técnica quanto da interação com os agentes institucionais que ali circulam, sendo também convidados para transmitir o conhecimento desenvolvido à outras comunidades, em um processo de multiplicação do saber técnico.

Para que se possa entender como as ações destes agentes institucionais interagem com a questão econômica, cruzamos os dados das receitas auferidas no período entre 2000 e 2018, analisados anteriormente, com o histórico da presença das instituições junto à comunidade, criando assim um overlay entre as duas informações.

Em termos de presença institucional, podemos perceber a existência do que aqui denominaremos de categorias de institucionalidade: as instituições públicas, privadas ou mistas cujo papel no desenvolvimento social e econômico se reflete nas ações de capacitação técnica (produtiva ou de gestão) que promovam a geração de renda; as organizações governamentais ou do terceiro setor que atuam na preservação do meio ambiente, forte componente das dinâmicas locais; as organizações do terceiro setor que, através de suas visões de desenvolvimento social, atuam junto com as organizações sociais locais na geração de soluções específicas.

A presença desta diversidade de intenções e interesses cria uma dinâmica de conflitos, citada por Cantelmo (2015), ou seja, um jogo de tensões institucionais no qual a comunidade local encontra-se no meio, sendo absorvida pelos diversos objetivos apresentados em cada início de interação.

Percebemos também que tal tendência de resolução de conflitos ocorre de forma orgânica e sem um prévio planejamento, como também ocorre oriundo de alinhamento técnico das equipes que atuam em campo, o que demonstra o papel do técnico de campo no delineamento das ações e dos resultados.



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

5. Conclusões

Os principais indicadores utilizados para avaliação regional de desenvolvimento sinalizam que a região pesquisada está entre as mais carentes no Brasil, com índices extremamente baixos. Mas a despeito deste retrato de carências e necessidades, encontramos nesta comunidade certa qualidade de vida, representada tanto pela estrutura onde seus integrantes vivem como de acesso e circulação com outras realidades.

Tal realidade é possibilitada através de uma atividade que tem sido continuada por gerações e que possui uma forte relação emotiva, o artesanato tradicional do entalhe de madeira e do trançado da palha do licurizeiro, que representa a principal atividade produtiva e uma das principais fontes de geração de renda local. Através dela pudemos perceber uma evolução econômica no decorrer do período pesquisado, sendo acentuada nos últimos sete anos do recorte histórico proposto.

O resultado extraído das falas daqueles indivíduos aponta que eles querem viver com dignidade utilizando o que o local os possibilita. Da mesma forma querem também ter acesso ao que a globalização oferta, almejando o conhecimento e o novo, anseiam por uma riqueza, não só a econômica, mas a da vida, seja através de uma busca espiritual ou pela atividade produtiva.

Este estudo trata de uma comunidade produtora de uma técnica de artesanato tradicional situada no semiárido nordestino e com fortes raízes culturais no sertão arcaico, onde possivelmente desenharíamos um cenário (com certo pré-conceito) de um espaço vivido com baixa qualidade, tanto de vida como de resultados do seu saber.

Mas mesmo as comunidades situadas nos longínquos do Brasil já possuem alguma relação com os avanços da modernidade, tanto em termos de seus aspectos positivos como negativos.

A aproximação com representantes desta modernidade tem possibilitado a criação de novas dinâmicas de vida nas comunidades. Estes agentes de mudança, representantes de uma institucionalidade que busca levar sonhos de mudança através de seus discursos e estratégias desenvolvimentistas, tem cada vez mais forte papel mudança da qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

Aquela técnica produtiva trouxe a possibilidade de geração de renda, sendo assim um capital adquirido. Seja entre os moradores da própria comunidade ou pelos encontros e provocações feitas pelas instituições ali presentes, os artesões tem participado de diversas ações de multiplicação e aprimoramento do saber. Em uma rede de troca de saberes, o conhecimento produtivo tem sido passado não só pelas gerações, em um processo de manutenção das manifestações culturais locais, mas para outras comunidades, fronteiriças ou não.

A tradução empírica do resultado destes projetos de desenvolvimento pode ser expressa através de materialidades construídas e objetos das intenções nele contidas, mas também de aspectos subjetivos de difícil definição e materialização, e esta dificuldade em parametrizar resultados subjetivos gera uma problemática da mensuração real dos impactos de processos de transformação social. Índices já institucionalizados se mostraram inadequados para retratar o



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

que ali existia, dada a sua amostragem mais ampla, não sendo possível uma diferenciação da diversidade local existente.

Ao observar a evolução econômica presente em um estudo longitudinal das receitas obtidas com a produção artesanal, e comparadas com outras atividades econômicas passíveis de uma representação histórica, percebemos que houve um impacto positivo naquela comunidade.

Os diversos (em quantidade e em categoria) aspectos subjetivos presentes neste processo de evolução socioeconômica, como a preservação ambiental, o fortalecimento da identidade cultural regional, a produção de uma rede de trocas e as articulações institucionais conquistadas, fortalecem tal percepção.

Entendemos que ali se apresenta o resultado de um processo de desenvolvimento local, que se inicia em um movimento vertical de relações de poder e é convertido em um movimento horizontal de trocas com apropriação (ou poderíamos dizer em um empoderamento) de conhecimento, construindo um território fortalecido pelas relações econômicas baseadas nos saberes e potencialidades locais, em especial pelas representações da cultura regional que permeia a vida cotidiana e que se mantém ativa nas dinâmicas sociais e econômicas.

Percebemos também a implantação de uma ambiência que permite a possibilidade empreendedora local, não no sentido capitalista da palavra onde o negócio sobrepõe a sociedade, mas no sentido de se ter liberdade de agir utilizando-se de suas capacidades, ampliadas em um processo de desenvolvimento endógeno, que se utiliza das potencialidades locais, sejam sociais e/ou culturais (imateriais), sejam econômicas e produtivas (materiais), e concorrendo com a lógica desenvolvimentista hegemônica e exógena.

A ampliação da participação dos sujeitos neste processo amplia também suas capacidades, podendo fazê-los autores de suas histórias, fortalecendo-os enquanto co-agentes na definição de critérios e na tomada de decisão, quando não agentes indutores de processo, saindo do movimento vertical, *top down* e *bottom up*, para um movimento horizontal, *side by side*.

Sabemos que em um processo de empoderamento local por meio de suas manifestações culturais existem demandas que não serão atendidas sem a ampliação de suas outras liberdades substantivas, mas é um primeiro degrau (ou mesmo mais de um) que se alcança. Devemos assim fortalecer, através de sua visualização e incentivo, o chão de terra batida desta escada para o seu desenvolvimento.

6. Referências bibliográficas

AMARAL, Andreza Clarinda Araújo *et al.* Plano de ação nacional para a conservação da arara-azul-de-lear. 2.ed. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2012. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-plano-de-acao/pan-arara-de-lear/pan-arara-azul-de-lear.pdf>>. Acessado em 10/6/2018.

BOISIER, Sergio. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n.2, novembro/1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2000n2p39>. Acessado em 3/6/2017.



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

BRONSON, Kelly; KNEZEVIC, Irena. Big Data in food and agriculture. *Big Data & Society*, 2016

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 10.ed. revista. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. Disponível em: <http://obha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2016/12/geografia-da-fome-josue-decastro.pdf>. Acessado em 2/8/2018.

ESCHER, Fabiano et al. Caracterização da Pluriatividade e dos Plurirrendimentos da Agricultura Brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. *RESR*, Piracicaba, vol. 52, nº04, p.643-668, Out/Dez 2014, impressa em Janeiro/2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52n4/a02v52n4.pdf>. Acessado em 17/9/2018.

FREIXINHO, Nilton. *O sertão arcaico do Nordeste do Brasil: uma releitura*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

GRUMEWALD, Rodrigo de A. Etnodesenvolvimento indígena no Nordeste (e Leste): aspectos gerais e específicos. *Revista Anthropologica*, ano 7, v.14 (1 e 2), 2003.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *Revista GEOgraphia*, Ano IX, n.17, 2007. Disponível em <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>. Acessado em 11/5/2018.

ITO, Nobuiuki Costa; HAYASHI, Paulo, Paulo; GIMENEZ, Fernando Antonio Prado; FENSTERSEIFER, Jaime Evaldo. Valor e vantagem competitiva: buscando definições, relações e repercussões. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.290-307, 2012.

IVO, Anete B. L. Paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, Maio/Ago/2012.

LIMONAD, Ester. Em busca do paraíso: algumas considerações sobre o desenvolvimento. *RBEUR* v.15, n.1, p.125-138, Maio/2013. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4174>. Acessado em 30/3/2017.

_____. A insustentável natureza da sustentabilidade. Da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 123-142, Jan/Jun/2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/15819>. Acessado em 8/10/2017. MAKADOK, R. Toward a synthesis of the resource-based and dynamic-capability views of rent creation. *Strategic Management Journal*, 22, 387–40, 2001.

MEIRELLES, Dimária Silva; CAMARGO, Álvaro Antônio Bueno; *Capacidades Dinâmicas: O Que São e Como Identificá-las?* *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p.41-64, 2014.

PANTHER, J. G. *Digital Communications*. 3rd ed., Addison-Wesley, San Francisco, CA., 1999.

POLETTI, Emílio R.; MENDES, A. A. Os novos territórios produtivos e as políticas de desenvolvimento local: o caso do APL de pisos e revestimentos cerâmicos de Santa Gertrudes - SP - Brasil. In: XII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevideu. *Anais do*



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

XII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009. 15p. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiapolitica/52.pdf>. Acessado em 28/4/2020.

SÁ, Xico. Nova geografia da fome (texto, Xico Sá; fotografias, U.Dettmar). Fortaleza: Tempo d'Imagem, 2003.

SACHS, Jeffrey. The age of sustainable development. Columbia University Press, 2015.

SCHNEIDER, M. Guidelines for Bias-Free Writing, Tese de Doutorado, Indiana University, Bloomington, IN, USA., 1995.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade (tradução Laura Teixeira Motta). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (orgs.). Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília: SEBRAE, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.C. e CORRÊA, Roberto L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SCHWARTZMAN, Simon. Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Augurium, 2004.